

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

MINUTA DE EDITAL

Processo nº 2023/4236

Credenciamento nº 002/2024

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, por meio da Comissão Permanente de Contratação, instituída pela Portaria nº 1.342/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **CREDENCIAMENTO** de associações e/ou cooperativas de trabalhadores catadores para assinatura de TERMO DE COMPROMISSO objetivando o recolhimento e processamento de resíduo reciclável e reutilizável produzido nas dependências do Poder Judiciário de Alagoas nas cidades de Rio Largo/AL, Marechal Deodoro/AL e Pilar/AL, regido pelo art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Resolução nº 36, de 20 de agosto de 2024, e pelo Ato Normativo nº 19, de 27 de março de 2023, do Poder Judiciário de Alagoas, no que couber, combinados com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, bem como com as exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

CRONOGRAMA DO PROCEDIMENTO

Recebimento dos documentos de Credenciamento, por meio do e-mail: licitacao@tjal.jus.br .	A partir de 09/12/2024, por período indeterminado.
--	--

1.0 DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento convocatório o chamamento público na forma de credenciamento de associações e/ou cooperativas de trabalhadores catadores para assinatura de TERMO DE COMPROMISSO objetivando o recolhimento e processamento de resíduo reciclável e reutilizável produzido nas dependências do Poder Judiciário de Alagoas nas cidades de Rio Largo/AL, Marechal Deodoro/AL e Pilar/AL.

1.2. O Credenciamento acontecerá a partir da data informada acima, podendo qualquer interessado participar, desde que cumpra os requisitos presentes neste Edital.

1.3. Integram este edital:

1.3.1 ANEXO I – Minuta do Termo de Compromisso;

1.3.2 ANEXO II – Declarações;

1.3.3 ANEXO III – Termo de Referência.

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

2.0 DA RETIRADA DO EDITAL

2.1 O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos, sem custos, por meio da página web do Tribunal de Justiça de Alagoas, <https://www.tjal.jus.br/index.php?pag=LicitacoesTJAL/Licitacao_credenc_andamento&item=credenciamento>.

2.2 O Pedido de Credenciamento, acompanhado da documentação comprobatória da habilitação jurídica, capacidade técnica e proposta técnica exigida neste Edital, que deverá estar em conformidade com o art. 62 e segs. da Lei 14.133/21, deverá ser enviado por meio do e-mail: licitacao@tjal.jus.br.

2.3 Orientamos os interessados em participar do presente credenciamento a acompanhar por meio do site indicado no item 2.1, o qual poderá ser constantemente atualizado com informações adicionais como erratas, esclarecimentos, adendos, dentre outros.

3.0 DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar do Processo de Credenciamento todas as associações e/ou cooperativas que atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencham todos os requisitos de habilitação abaixo relacionados e as condições constantes no Termo de Referência – Anexo III do Edital.

3.2 Não poderão participar deste Credenciamento, sociedades empresárias que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

- a) que tenham sido declaradas inidôneas por quaisquer órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal;
- b) estejam sob regime de concordata, recuperação financeira (judicial ou extrajudicial) ou falência.

3.2.1 Como requisito para a participação neste Credenciamento, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no presente edital, na forma estabelecida no sistema gerenciador deste Credenciamento.

3.3 Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilização civil, administrativa e/ou penal, na forma da legislação vigente.

3.4 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este ficará impedido de participar desta licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo-se, assim, o Credenciante, de qualquer responsabilidade administrativa, civil ou criminal decorrente desse fato.

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

3.5 Poderão participar as interessadas que estiverem cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sendo que sua regularidade será confirmada por meio de consulta ON-LINE, no ato da abertura da licitação, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.5.1 As sociedades empresárias interessadas em participar da presente licitação que não se encontrem cadastradas no SICAF deverão apresentar os documentos relacionados no item 5.0 do edital, observando-se os respectivos prazos de validade.

4.0 DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1 Conforme consignado no item 2 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

5.0 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do participante, a Comissão Permanente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1 SICAF;

5.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

5.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da sociedade empresária participante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor poderá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das sociedades empresárias apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.1.4 Constatada a existência de sanção, o Credenciante reputará o participante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1 A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- I – cédula de identidade ou outro documento oficial com foto;
- II – registro comercial, no caso de empresa individual ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais/empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- VI – RG e CPF dos representantes legais.

5.2.2 A documentação em análise convém que esteja em conformidade com o disposto no item 11 do Termo de Referência.

5.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.3.1 Prova de regularidade junto à Fazenda Federal: Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

5.3.2 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social: CND – Certidão Negativa de Débito, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou pela Secretaria da Receita Federal;

5.3.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: Certidão de Regularidade de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

5.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante; e

5.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

5.3.6 Nos casos em que as certidões no âmbito da Receita Federal, bem como no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional estiverem unificadas, será aceita a Certidão Negativa de Débitos conjunta. A unificação das certidões negativas está prevista na Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014.

5.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.4.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) de forma satisfatória o desempenho de

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

atividades compatíveis com o objeto deste edital em características, quantidades e prazos, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o TJ possa valer-se para manter contato com os declarantes.

5.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.5.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do proponente, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação.

5.6 OUTROS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

5.6.1 Estar em conformidade com as condições de participação exigidas no Termo de Referência – Anexo III do Edital.

ATENÇÃO

5.7 A documentação deverá:

- a) Estar em nome da participante;
- b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, o credenciante considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição do respectivo documento, exceto a Certidão Negativa de Débitos atinente à Contribuição Previdenciária e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ambas com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com o art. 2º, do Decreto nº 6.106/2007;
- c) Referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz. Tal dispositivo não é válido para a Certidão Negativa de Débitos atinente à Contribuição Previdenciária, bem como a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais.

5.8 As participantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação no presente credenciamento, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas.

5.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for convocado pela Comissão Permanente de Contratação para o saneamento da documentação apresentada com restrições, prorrogáveis por igual período a critério do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

5.10 A não regularização da documentação fiscal e trabalhista, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.11 A prerrogativa regulamentada no **subitem 5.9** não desobriga as microempresas e/ou empresas de pequeno porte da apresentação dos documentos de regularidade fiscal elencados no **subitem 5.3**, os quais deverão ser apresentados mesmo que com restrição, sob pena de inabilitação.

5.12 Para as empresas cadastradas no SICAF, fica facultada ao Credenciante a extração, na sessão pública, de declarações porventura existentes naquele sistema, que forem competentes para substituir os documentos relacionados nos **subitens 5.2 e 5.3 deste edital**, para fins de habilitação da empresa licitante. Essas declarações somente serão válidas para esta licitação se as informações relativas aos respectivos documentos estiverem disponíveis e dentro do prazo de validade naquele sistema.

5.13 Os documentos exigidos acima deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião de notas ou por servidor que realiza a licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.14 Os documentos exigidos no subitem 5.3 terão sua validade verificada, via *internet*, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação, prevalecerá a segunda.

6.0 PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO

6.1 Serão classificadas todas as associações e/ou cooperativas que preencham todos os requisitos previstos no Termo de Referência – Anexo III do Edital, especificamente no item 10, e documentos correlatos.

7.0 DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS

7.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

7.1.1. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, por meio do site www.licitanet.com.br/, de acordo com o art. 164 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.2 Caberá à Comissão Permanente de Contratação, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

7.1.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a início de envio da documentação;

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

7.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Comissão, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para recebimento da documentação, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

7.2.1 A Comissão responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e Anexos;

7.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.4 Das decisões e atos praticados no procedimento previsto neste Edital caberá recurso ou representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da divulgação do resultado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado de Alagoas;

7.4.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.4.2 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.4.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

7.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.0 DO CREDENCIAMENTO

8.1 Todas as empresas que cumpram os requisitos previstos no edital de credenciamento após análise de habilitação pelo Setor Requisitante estão aptas a fornecer os serviços previstos neste Credenciamento.

9.0 DO DESCREDENCIAMENTO

9.1 O descumprimento de quaisquer das cláusulas por parte da CONTRATADA, poderá ensejar a rescisão do Contrato, prevalecendo sempre, antes da aplicação da penalidade, o princípio do exercício do pleno direito à defesa, devendo Tribunal de Justiça notificar o Credenciado, por escrito, para que no prazo legal, também por escrito, proceda aos seus elementos de defesa.

9.2 Ficando comprovada a ocorrência ou a tentativa de fraude ou dolo por parte da CONTRATADA da qual resultou, resultar ia, resulte ou venha a resultar qualquer tipo de prejuízo aos usuários do serviço, ficará o Contrato rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, estabelecendo-se desde já a obrigatoriedade do ressarcimento dos prejuízos causados e multa, sem prejuízo das demais penalidades penais e administrativas.

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

9.3 A CONTRATADA poderá solicitar a rescisão do Credenciamento, comprovando que há fatos ou normas legais que o tornem materialmente impossível, desde que o faça mediante aviso prévio, por escrito, com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência.

10.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, obriga-se, como ÓRGÃO GERENCIADOR, além das disposições previstas no item 14 do Termo de Referência – Anexo III do Edital:

10.1.1. Atestar a execução do objeto do presente ajuste por meio do gestor/fiscal de contratos;

10.1.2. Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

10.1.3. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

10.1.4. Receber e examinar as críticas, sugestões e reclamações dos usuários;

10.1.5. Fiscalizar administrativamente o cumprimento do contrato;

10.1.6. Analisar as ocorrências que impliquem em multas e/ou sanções ou que impliquem na rescisão do contrato, a serem aplicadas às empresas credenciadas;

10.1.7. Exigir a limpeza da área física (quando houver), equipamentos e utensílios utilizados na execução dos serviços, caso necessário;

10.1.8. Relatar as ocorrências que exijam a comunicação às autoridades de fiscalização policial, fiscal e corpo de bombeiros (quando houver);

10.1.9. Levar ao conhecimento do poder público e das empresas credenciadas as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

10.1.10. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

10.1.11. Extinguir o Credenciamento, nos casos previstos neste Termo de Referência, nos termos das normas aplicáveis ao caso, sejam elas legais ou infralegais, e na forma prevista no contrato;

10.1.12. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas constantes do contrato;

10.1.13. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;

10.1.14. Indicar o fiscal, observando todas as condições dispostas no contrato;

10.2. Fornecer informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e utilização da ferramenta disponibilizada;

10.3. Encaminhar diário das informações sobre as operações realizadas, bem como acompanhamento *on time* se necessário;

10.4. Viabilizar a troca de informações de forma ágil e sistemática, observadas as políticas de segurança de cada partícipe e as limitações técnico-operacionais;

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

10.5. Disponibilizar, a qualquer tempo, material de interesse relativo a ações complementares, devendo ser especificadas eventuais sugestões para adaptações de forma e conteúdo consideradas necessárias.

10.6. Levar, imediatamente, ao conhecimento das partes, ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes dos serviços, para adoção de medidas cabíveis.

11.0 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Assinar o instrumento contratual;

11.2 Notificar, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução das atividades decorrentes da prestação dos serviços.

11.3 A CONTRATADA é responsável por todos os custos e ônus do serviço que pretende realizar, bem como, pela aquisição e instalação dos equipamentos para captura das transações.

11.4 A CONTRATADA fica impedida de modificar a natureza do serviço proposto, salvo expressa autorização do Tribunal de Justiça, mediante Termo Aditivo.

11.5 Conhecer as normas e procedimentos de ambos partícipes

11.6 Informar aos usuários sobre o mecanismo de funcionamento da ferramenta, bem como as informações relevantes de natureza financeira de cada operação, com os respectivos comprovantes;

11.7 Divulgar os serviços na internet ou através de outras ferramentas disponíveis, às suas expensas;

11.8 Observar e manter sigilo e segurança sobre as informações recebidas e processadas preservando a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assim como de quaisquer outros dados cuja publicidade seja restringida pela legislação vigente;

11.9 Responder consultas e atender convocações por parte do Tribunal de Justiça, a respeito das matérias que envolvam a CONTRATADA ou suas atividades objeto do contrato;

11.10 Não terceirizar a atividade objeto-fim do contrato;

11.11 Não praticar e/ou permitir que seus empregados e/ou prestadores de serviços pratiquem atos de improbidade contra a fé pública, contra o Patrimônio ou contra a Administração Pública ou Privada, previstos na Lei Federal nº 8.429/92;

11.12 Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução dos serviços decorrentes do contrato;

11.13 Manter o sistema de informática destinado à prestação da atividade nas condições em que foi homologado, salvo no caso de adaptação da solução a posteriores regulamentações de ordem técnica por parte do Tribunal de Justiça;

11.14 Comunicar ao Tribunal de Justiça, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação da atividade;

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

11.15 Pelo uso inadequado do objeto deste instrumento por servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

11.16 O Órgão Gerenciador (Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas) não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CREDENCIADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

11.17 Cumprir as obrigações previstas no item 12 e 14 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

12.0 DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

12.1 Em conformidade com o item 6 do Termo de Referência – Anexo III do Edital, a coleta dos resíduos será realizada semanalmente nas unidades especificadas.

13.0 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1 O prazo de vigência do credenciamento será conforme o disposto no item 19 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

14.0 RESERVA ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO (DA ORIGEM DOS RECURSOS)

14.1 A presente contratação será sem qualquer ônus para o TJAL, ficando a cargo da CREDENCIADA todos os custos envolvidos.

15.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A participação neste credenciamento implica a plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

15.2 O CREDENCIADOR se reserva o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

15.3 O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas encontra-se inscrito no CNPJ do MF sob o nº. 12.473.062/0001-0829.4

15.4 É facultado à Comissão Permanente de Contratação proceder em qualquer fase deste Credenciamento a diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente.

15.5 Os casos omissos neste edital serão resolvidos de acordo com a legislação aplicável à espécie.



DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

15.6 O site oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas é www.tjal.jus.br, onde são divulgados todos os procedimentos afetos a este certame licitatório.

15.7 Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.8 É competente o foro da Comarca de Maceió-AL, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Maceió, 04 de dezembro de 2024.

Kátia Maria Diniz Cassiano
Presidente da CPC

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

ANEXO I

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/202X

CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE TRABALHADORES CATADORES PARA ASSINATURA DE TERMO DE COMPROMISSO OBJETIVANDO O RECOLHIMENTO E PROCESSAMENTO DE RESÍDUO RECICLÁVEL E REUTILIZÁVEL PRODUZIDO NAS DEPENDÊNCIAS DO PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS NAS CIDADES DE RIO LARGO/AL, MARECHAL DEODORO/AL E PILAR/AL.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA, órgão integrante do Poder Judiciário de Alagoas, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. 12.473.062/0001-08, com sede na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 319, Centro, Maceió-AL, neste ato representado pelo Exmº. Senhor Desembargador Presidente **Des. FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA**, doravante denominado **CREDENCIADOR**, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito público/privado, estabelecida na _____, CEP.: _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, doravante denominada **CREDENCIADA** e aqui representada por seu _____, o Sr.(a) _____, resolvem firmar o presente termo de credenciamento, com fundamento no art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Resolução nº 36, de 20 de agosto de 2024, no Ato Normativo nº 19, de 27 de março de 2023, combinados com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no **Processo Administrativo nº 2023/4236**, celebrado na modalidade de **CREDENCIAMENTO Nº 002/2024**, os quais integram este instrumento, independente de transcrição, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o chamamento público na forma de credenciamento de associações e/ou cooperativas de trabalhadores catadores para assinatura de TERMO DE COMPROMISSO objetivando o recolhimento e processamento de resíduo reciclável e reutilizável produzido nas dependências do Poder Judiciário de Alagoas nas cidades de Rio Largo/AL, Marechal Deodoro/AL e Pilar/AL, conforme constante no Termo de Referência, Edital e Proposta Técnica,

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

referente ao Credenciamento nº 002/2024, que integram o presente contrato.

1.2 As especificações do objeto constam no item 2 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento vigorará pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DESCREDENCIAMENTO

3.1 O ato de credenciamento tem caráter precário, podendo, a qualquer momento, o(a) CREDENCIADO(A) ou o CREDENCIANTE denunciá-lo.

3.2 O(a) CREDENCIADO(A) que desejar solicitar o credenciamento, deverá fazê-lo mediante aviso escrito encaminhado para o gestor do respectivo termo.

3.3 Em caso de credenciamento por iniciativa de qualquer uma das partes, o(a) CREDENCIADO(A) deverá adimplir integralmente as entregas de serviços ao CREDENCIANTE que eventualmente restem pendentes até a data final de vigência do seu Termo de Credenciamento.

3.4 O ato de credenciamento implica a suspensão imediata de novas distribuições de serviços ao(a) profissional credenciado(a).

3.5 Em caso de credenciamento por iniciativa do(a) CREDENCIADO(A), poderá haver novo pedido de credenciamento, cuja aprovação dependerá, novamente, das condições dispostas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO TJAL

10.1. O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, obriga-se, como ÓRGÃO GERENCIADOR, além das disposições previstas nos itens 16 e 18 do Termo de Referência – Anexo III do Edital:

4.1.1 Atestar a execução do objeto do presente ajuste por meio do gestor/fiscal de contratos;

4.1.2 Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

4.1.3 Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

4.1.4 Receber e examinar as críticas, sugestões e reclamações dos usuários;

4.1.5 Fiscalizar administrativamente o cumprimento do contrato;

4.1.6 Analisar as ocorrências que impliquem em multas e/ou sanções ou que impliquem na rescisão do contrato, a serem aplicadas às empresas credenciadas;

4.1.7 Exigir a limpeza da área física (quando houver), equipamentos e utensílios utilizados na execução dos serviços, caso necessário;

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 4.1.8 Relatar as ocorrências que exijam a comunicação às autoridades de fiscalização policial, fiscal e corpo de bombeiros (quando houver);
- 4.1.9 Levar ao conhecimento do poder público e das empresas credenciadas as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- 4.1.10 Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- 4.1.11 Extinguir o Credenciamento, nos casos previstos neste Termo de Referência, nos termos das normas aplicáveis ao caso, sejam elas legais ou infralegais, e na forma prevista no contrato;
- 4.1.12 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas constantes do contrato;
- 4.1.13 Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;
- 4.1.14 Indicar o fiscal, observando todas as condições dispostas no contrato;
- 4.2 Fornecer informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e utilização de ferramenta disponibilizada;
- 4.3 Encaminhar diário das informações sobre as operações realizadas, bem como acompanhamento *on time* se necessário;
- 4.4 Viabilizar a troca de informações de forma ágil e sistemática, observadas as políticas de segurança de cada partícipe e as limitações técnico-operacionais;
- 4.5 Disponibilizar, a qualquer tempo, material de interesse relativo a ações complementares, devendo ser especificadas eventuais sugestões para adaptações de forma e conteúdo consideradas necessárias.
- 4.6 Levar, imediatamente, ao conhecimento das partes, ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes dos serviços, para adoção de medidas cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS CREDENCIADAS

- 5.1 Assinar o instrumento;
- 5.2 Notificar, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução das atividades decorrentes da prestação dos serviços.
- 5.3 A CREDENCIADA é responsável por todos os custos e ônus do serviço que pretende realizar, bem como, pela aquisição e instalação dos equipamentos para captura das transações.
- 5.4 A CREDENCIADA fica impedida de modificar a natureza do serviço proposto, salvo expressa autorização do Tribunal de Justiça, mediante Termo Aditivo.
- 5.5 Conhecer as normas e procedimentos de ambos partícipes

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- 5.6 Informar aos usuários sobre o mecanismo de funcionamento da ferramenta, bem como as informações relevantes de natureza financeira de cada operação, com os respectivos comprovantes;
- 5.7 Divulgar os serviços na internet ou através de outras ferramentas disponíveis, às suas expensas;
- 5.8 Observar e manter sigilo e segurança sobre as informações recebidas e processadas preservando a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assim como de quaisquer outros dados cuja publicidade seja restringida pela legislação vigente;
- 5.9 Responder consultas e atender convocações por parte do Tribunal de Justiça, a respeito das matérias que envolvam a CREDENCIADA ou suas atividades objeto do contrato;
- 5.10 Não terceirizar a atividade objeto-fim do contrato;
- 5.11 Não praticar e/ou permitir que seus empregados e/ou prestadores de serviços pratiquem atos de improbidade contra a fé pública, contra o Patrimônio ou contra a Administração Pública ou Privada, previstos na Lei Federal nº 8.429/92;
- 5.12 Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução dos serviços decorrentes do contrato;
- 5.13 Manter o sistema de informática destinado à prestação da atividade nas condições em que foi homologado, salvo no caso de adaptação da solução a posteriores regulamentações de ordem técnica por parte do Tribunal de Justiça;
- 5.14 Comunicar ao Tribunal de Justiça, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação da atividade;
- 5.15 Pelo uso inadequado do objeto deste instrumento por servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.
- 5.16 O Órgão Gerenciador (Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas) não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CREDENCIADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 5.17 Cumprir as obrigações previstas no item 12 e 14 do Termo de Referência – Anexo III do Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O objeto contratado será acompanhado e fiscalizado por servidor do Tribunal especialmente designado pela autoridade competente, que terá seu substituto legal, cabendo-lhes as atribuições e responsabilidades, os quais serão auxiliados, ou não, por empresa terceirizada a ser contratada, com fulcro na Lei 14.133/2021 e demais legislação de regência.

6.2 Caberá ao Fiscal do contrato:

- a) Emitir a ordem de serviço do objeto contratual;

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- b) Verificar a execução do objeto contratual, visando garantir a qualidade desejada;
- c) Atestar e encaminhar as notas fiscais ao setor competente para autorizar os pagamentos;
- d) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- e) Dar imediata ciência aos seus superiores e ao órgão de controle, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- f) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato.

6.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo fiscal à autoridade competente, para a adoção das medidas que julgar necessárias.

6.4 A fiscalização será exercida pelo Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. Ao Contratante se reserva o direito de rejeitar a execução do objeto contratual prestado, se em desacordo com os termos do edital.

6.5 A proposta considerada vencedora do certame será analisada pelos servidores indicados no DFD para atuarem como fiscais da contratação, observando sua adequação às especificações exigidas no Termo de Referência.

6.6 Caberá ao Gestor do contrato:

- a) Prorrogar o Contrato junto à Autoridade Competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;
- b) Comunicar a abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens e/ou a prestação de serviços e com antecedência razoável;
- c) Acompanhar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais;
- d) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- e) Comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;
- f) Exigir somente o que for previsto no Contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes;
- g) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser correspondente ao previsto no artigo 105 e segs. da Lei 14.133/21 e alterações;

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

- h) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do Contrato pela Administração;
- i) Alimentar os sites do Contratante, os sistemas informatizados deste Poder, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas/solicitadas;
- j) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- k) Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- l) Documentar nos autos todos os fatos dignos de nota;
- m) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização da Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 A licitante ou contratada que, por qualquer forma, não cumprir as normas de licitação ou do contrato celebrado está sujeita às correspondentes sanções, assegurados o contraditório e ampla defesa, nos termos de Lei 14.133/2021 e do Ato Normativo n.º 19, de 27 de março de 2023.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 Em cumprimento ao disposto no art. 54 da Lei nº 14.133/2021, incumbirá ao CREDENCIADOR providenciar a publicação do extrato deste ajuste e de seus eventuais termos aditivos no Diário Eletrônico da Justiça.

CLÁUSULA NOVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O presente ajuste vincula-se ao instrumento convocatório, sendo os casos omissos resolvidos de acordo com a legislação aplicável à espécie.

9.2 A Credenciada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para o credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 É competente o foro da Comarca de Maceió (AL), para dirimir quaisquer litígios oriundos deste instrumento contratual.



DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

E, para firmeza e prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Maceió, _____ de _____ de 20XX.

CREDENCIADOR

CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

ANEXO II

DECLARAÇÕES

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr (a).
_____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF
nº _____, sob as penas da Lei, **DECLARA:**

1. **QUE** atendo aos requisitos de Habilitação e respondo pela veracidade das informações prestadas;

2. **QUE** estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3. **QUE** cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (empresas a partir de 100 (cem) empregados);

4. **QUE** a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega;

5. **QUE** cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133/2021 (somente para licitantes organizados em cooperativas);

6. **QUE** até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação neste certame licitatório e que se encontra ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

7. **QUE** não possuo, em cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8. **QUE** cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

9. **QUE** não incido nas práticas de nepotismo vedadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça números 156, de 8 de agosto de 2012, e 7, de 18 de outubro de 2005, com as alterações promovidas pela Resolução nº 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

10. **QUE** obedeço aos critérios de sustentabilidade, conforme Resolução CNJ nº 400/2021 que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário e o Guia das contratações Sustentáveis do TJAL, nos termos da Portaria;

11. **QUE** autorizo o tratamento de meus dados pessoais pelo TJAL para fins de participação no presente Credenciamento e eventual contratação dele decorrente, nos termos da Lei n.º 13.709/2018.

(local / data e assinatura do representante legal da empresa)



DEPARTAMENTO CENTRAL DE AQUISIÇÕES

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	D.DGPC.XX.XX	1/8

TERMO DE REFERÊNCIA – 2023
CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS PARA RECOLHIMENTO DE RECICLÁVEIS**IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE**

Unidade Requisitante*:	APMP	Processo*:	2023/4236
Servidor Requisitante*:	ALEXANDRE DE CAIADO CASTRO MORAES	Mat. *:	92679

CONDIÇÕES GERAIS DO CREDENCIAMENTO:**1. OBJETO:**

- 1.1. CREDENCIAMENTO de associações e/ou cooperativas de trabalhadores catadores para assinatura de TERMO DE COMPROMISSO objetivando o recolhimento e processamento de resíduo reciclável e reutilizável produzido nas dependências do Poder Judiciário de Alagoas nas cidades de Rio Largo/AL, Marechal Deodoro/AL e Pilar/AL.
- 1.2. O objeto deste credenciamento não se enquadra na categoria de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

- 2.1. Serão selecionadas associações e/ou cooperativas de catadores para coleta seletiva nas edificações relacionadas e nas quantidades estimadas a seguir:

LOTE I – RIO LARGO

CIDADE	ENDEREÇO	EDIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA/MÊS
RIO LARGO/AL	Rodovia AL 210, KM 4, Gustavo Paiva - 57100-000	Fórum da Comarca de Rio Largo	500kg

LOTE II – MARECHAL DEODORO

CIDADE	ENDEREÇO	EDIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA/MÊS
MARECHAL DEODORO/AL	AL-215, 39 - Barro Vermelho, Mal. Deodoro - AL, 57160-000	Fórum José Ernande Lopes Dorvillé	500kg

LOTE III – PILAR

CIDADE	ENDEREÇO	EDIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA/MÊS
PILAR/AL	Av. Antonio Aniceto dos Santos, sn, Centro - 57150-000	Fórum da Comarca de Pilar	500kg

Observação: a demanda mensal poderá divergir em virtude de não haver convênio ativo nas localidades, sendo considerada como estimativa a média mensal de unidades com convênio vigente cuja dimensão da área edificada é aproximadamente o dobro dos locais objeto deste termo de referências.

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	D.DGPC.XX.XX	2/8

3. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO:

- 3.1. Esta contratação será realizada por meio de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do Inciso IV do Art. 74 e Inciso I do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

- 4.1. Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos;
- 4.2. Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 4.3. Recomendação CNJ n.º 11/2007, que recomenda aos Tribunais relacionados nos incisos II a VII do artigo 92 da Constituição Federal de 1988, que adotem políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além da conscientização dos próprios servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente;
- 4.4. Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade do Poder Judiciário;
- 4.5. Resolução TJAL nº 23/2017, institui no âmbito do poder judiciário de alagoas, programa de incentivo e reconhecimento aos magistrados e servidores que individualmente ou no âmbito de suas unidades judiciárias ou administrativas se destacarem nas ações voltadas para o controle de gastos e a responsabilidade socioambiental e dá outras providências;
- 4.6. A habilitação de associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis encontra-se inserida entre as etapas de implantação do projeto já aprovado por este Tribunal de Justiça denominado TJ ECO consciente e solidário, que tem por objetivo conscientizar os servidores deste Poder, bem como os cidadãos alagoanos, acerca da necessidade de observância do desenvolvimento sustentável, que nada mais é do que o suprimento das necessidades presentes sem se olvidar das necessidades das futuras gerações;
- 4.7. Nesse sentido, deverão ser recolhidos pelos credenciados resíduos recicláveis compostos por papel, papelão, plástico, vidro e metal.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

- 5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia de Compras Sustentáveis do TJAL e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 5.2. A contratação será atendida mediante a parceria de convênio com associações e/ou cooperativas de reciclagem, formada por pessoas de baixa renda, responsáveis pelo recebimento, triagem, processamento e encaminhamento para reciclagem dos resíduos recicláveis gerados no âmbito do Poder Judiciário de Alagoas. A própria natureza do objeto possibilita seu enquadramento como uma contratação sustentável, tendo em vista o atendimento dos pilares social, econômico e ambiental.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

- 6.1. A coleta dos resíduos será realizada semanalmente nas unidades objeto deste termo de referências.

MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**7. ORDEM DE SERVIÇO:**

- 7.1. A Ordem de Serviço será emitida pelo Gestor e enviada ao e-mail informado pela Credenciada.

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	D.DGPC.XX.XX	3/8

8. PRAZOS:

- 8.1. Após o envio da Ordem de Serviço a credenciada terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para iniciar a execução.
- 8.2. A periodicidade de coletas será semanal, não podendo ultrapassar 1 (uma) hora por coleta.

9. LOCAIS ATENDIDOS:

- 9.1. Os locais atendidos estão relacionados no **ITEM 2** deste termo de referências.

10. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

- 10.1. Serão habilitadas todas as associações e/ou cooperativas interessadas em participar da coleta dos resíduos recicláveis descartados e que preencham todos os requisitos de habilitação abaixo relacionados:
- 10.1.1. Esteja formal e exclusivamente constituída por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;
- 10.1.2. Não possua fins lucrativos;
- 10.1.3. Possua infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados, compatível com o tipo de resíduo ou quantitativo que pleiteia coletar;
- 10.1.4. Apresente sistema de rateio entre os associados e cooperados;
- 10.1.5. Esteja regular quanto aos débitos fiscais e trabalhistas, conforme preconiza a Lei nº 14.133/21.
- 10.1.6. Para a comprovação dos requisitos de habilitação, a associação ou cooperativa deverá apresentar os seguintes documentos:
- 10.1.7. Cópia do estatuto ou contrato social (versão atualizada ou consolidada); e
- 10.1.8. Declaração preenchida de que atende ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11. DO CREDENCIAMENTO:

- 11.1. O credenciamento dos representantes das associações ou cooperativas habilitadas se dará mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 11.2. Documento oficial de identidade (original) do representante;
- 11.3. Estatuto ou contrato social da associação ou cooperativa, ou algum dos seguintes documentos que lhe dê poderes para representar a associação ou cooperativa perante terceiros, manifestar-se em seu nome na sessão pública a praticar todos os atos inerentes ao procedimento de habilitação:
- 11.4. Ata de eleição da administração;
- 11.5. Instrumento público de procuração;
- 11.6. Instrumento particular de procuração, com firma reconhecida;
- 11.7. Cada credenciado poderá representar apenas uma associação ou cooperativa, e só poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.
- 11.8. Após o credenciamento, caso sejam habilitadas duas ou mais associações ou cooperativas, será dada oportunidade para que as mesmas promovam acordo entre si, a ser devidamente formalizado, para a partilha dos resíduos recicláveis descartados.
- 11.9. A partilha poderá ter como objeto tanto os tipos de resíduos quanto os respectivos quantitativos.
- 11.10. Não serão admitidos acordos que comprometam o funcionamento, as rotinas administrativas e as atividades concernentes à consecução das finalidades institucionais do órgão.

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	D.DGPC.XX.XX	4/8

- 11.11. Caso o acordo de partilha seja admitido, as associações e/ou cooperativas firmarão os respectivos Termos de Compromisso.
- 11.12. Caso não haja consenso entre as associações e cooperativas habilitadas, será realizado sorteio para fins de ordenar e definir aquelas que realizarão a coleta dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão.
- 11.13. Apenas as primeiras associações ou cooperativas sorteadas, até o limite de 4 (quatro), firmarão Termo de Compromisso com o órgão, para fins de coleta.
- 11.14. Caso haja sorteio, cada uma das associações ou cooperativas sorteadas, até o limite de 40 (quatro), realizará a coleta por um período consecutivo de 6 (seis) meses, seguida a ordem do sorteio.

12. OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA.

- 12.1. Firmar Termo de Compromisso perante este Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, contado de sua convocação;
- 12.2. Executar as atividades previstas no Termo de Compromisso e no acordo para a partilha dos resíduos recicláveis descartados, com rigorosa observância ao objeto pactuado, visando à promoção social dos catadores de materiais recicláveis;
- 12.3. Apresentar ao órgão a relação com os nomes completos e números de documento oficial dos catadores que adentrarão nas unidades do poder judiciário do município de Palmeira dos Índios, para a realização da coleta, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.4. Coletar os resíduos com periodicidade de 2 (duas) vezes por semana, nos dias e horários a serem acordados com a Comissão de Meio Ambiente deste Tribunal de Justiça, informando a este eventual impossibilidade de retirada, bem como oferecendo alternativa para o cumprimento da obrigação assumida;
- 12.5. O Tribunal de Justiça poderá solicitar que a coleta seja realizada com periodicidade distinta, em caso de fatos supervenientes motivados no processo, desde que comunique à associação ou cooperativa com antecedência razoável;
- 12.6. Obedecer, respeitar e cumprir integralmente as normas de funcionamento do órgão quando da coleta dos resíduos descartados;
- 12.7. Assegurar que os catadores responsáveis pela coleta tenham comportamento condizente com o funcionamento nas unidades do poder judiciário dos municípios atendidos;
- 12.8. Não permitir a participação de terceiros não-associados ou não-cooperados na consecução do objeto do Termo de Compromisso, ainda que a título gratuito ou mediante relação empregatícia;
- 12.9. Permanecer nas dependências nas unidades do poder judiciário apenas o tempo necessário para realizar a coleta de forma responsável e eficiente e para efetuar contatos com os responsáveis pela execução da coleta neste Poder;
- 12.10. Substituir, até a data da próxima coleta, qualquer material ou bem, pertencente à Administração, que for danificado, por culpa ou dolo dos catadores;
- 12.11. Zelar pela limpeza e higienização durante a coleta e o transporte dos resíduos descartados;
- 12.12. Utilizar veículo automotor com capacidade suficiente para o transporte das quantidades estimadas, dirigido por motorista possuidor de Carteira Nacional de Habilitação com vencimento válido e categoria de habilitação adequada para o veículo;
- 12.13. Transportar os volumes coletados diretamente do Tribunal de Justiça até o local de triagem, bem como registrar o peso dos resíduos recicláveis descartados e posteriormente os valores recebidos pela sua venda, em planilha específica;

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	D.DGPC.XX.XX	5/8

- 12.14. Garantir que o sigilo das informações contidas nos papéis e/ou outros resíduos não seja violado;
- 12.15. Fornecer relação dos associados e cooperados que assumirão a responsabilidade pela execução dos serviços constantes do Termo de Compromisso;
- 12.16. Não utilizar os resíduos coletados para finalidade contrária ao estabelecido no Termo de Compromisso;
- 12.17. Dividir equitativamente entre os catadores as receitas provenientes da venda dos resíduos recicláveis descartados e destinados pelas nas unidades do poder judiciário do município de Palmeira dos Índios;
- 12.18. Apresentar mensalmente ao Tribunal de Justiça a planilha do rateio realizado no mês precedente, com a discriminação dos nomes dos catadores beneficiários e dos respectivos valores distribuídos a cada um deles, assim como a indicação do valor total rateado;
- 12.19. Apresentar relatório, com frequência a ser estipulada pelo Tribunal de Justiça, explicitando os resultados e benefícios obtidos por meio da coleta seletiva solidária, bem como fornecer informações sempre que solicitado;
- 12.20. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus associados, cooperados, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Tribunal de Justiça, ao Fórum desta Capital ou a terceiros;
- 12.21. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 12.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de catorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.23. Não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a colaborador ou servidor que pertença aos quadros do Tribunal de Justiça;
- 12.24. Fornecer gratuitamente ao Tribunal de Justiça, sempre que acordado, amostras de produtos derivados de reciclagem, que possam ser utilizados para promover o Projeto TJ ECO consciente e solidário;
- 12.25. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento rotineiro do Termo de Compromisso, bem como a existência de qualquer objeto de valor encontrado na coleta;
- 12.26. Preencher e atestar as planilhas de monitoramento disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça;
- 12.27. Não transferir a terceiros as obrigações e responsabilidades decorrentes do Termo de Compromisso;
- 12.28. Manter as condições de habilitação durante toda a vigência do Termo de Compromisso.

13. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE COMPROMISSO:

- 13.1. O Termo de Compromisso deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 13.3. A execução do Termo de Compromisso deverá ser acompanhada pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, ou seu respectivo substituto, conforme (Lei nº

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	D.DGPC.XX.XX	6/8

14.133/2021, art. 117, caput) e Atos Normativos do TJAL nº 19/2023 e nº 20/2023.

14. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

14.1. Caberá à CONTRATADA:

- 14.1.1. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas administrativas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação, salvo ocorrência por força maior;
- 14.1.2. Responder pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração do Tribunal de Justiça de Alagoas ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução ou inexecução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas;
- 14.1.3. Comunicar ao fiscal/gestor do contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 14.1.4. Arcar com o pagamento das obrigações trabalhistas, comerciais, previdenciárias e tributárias decorrentes da contratação, sendo que o pessoal colocado à disposição dos serviços é de sua inteira responsabilidade, não cabendo transferi-la, em hipótese alguma, ao Tribunal de Justiça de Alagoas;
- 14.1.5. Manter durante a execução todas as condições de habilitação e qualificações técnicas exigidas pelo CONTRATANTE;
- 14.2. A Cooperativa/Associação deve cumprir todas as obrigações e prazos avençados neste documento, caso contrário cabe a CONTRATANTE suspender imediatamente a execução, a seu critério, independente de interpelação, administrativa ou judicial, por parte da Cooperativa/Associação, sendo que qualquer dano causado ao aprendiz será de exclusiva responsabilidade da Cooperativa/Associação.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. A classificação das infrações cometidas pela Contratada bem como as sanções administrativas aplicáveis a cada caso obedecerão ao disposto nos artigos 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais legislações aplicáveis.

16. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- 16.1. Implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como acompanhar a sua destinação para as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- 16.2. Armazenar os resíduos em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação;
- 16.3. Acompanhar as atividades de execução do Termo de Compromisso, avaliando os resultados das mesmas;
- 16.4. Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade, notificar a associação ou cooperativa para sanar a situação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do Termo de Compromisso, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 16.5. Prestar todo o apoio necessário à associação ou cooperativa para que seja alcançado o objetivo do Termo de Compromisso em toda sua extensão;
- 16.6. Permitir a retirada dos resíduos recicláveis descartados somente por catadores previamente indicados e identificados;
- 16.7. Não transferir a outra associação ou cooperativa as obrigações e responsabilidades decorrentes do Termo de Compromisso, a não ser que se verifique descumprimento por parte da associação e/ou cooperativa originalmente selecionada;

Processo Gestão e Planejamento de Contratos	Código	Folha nº
	D.DGPC.XX.XX	7/8

16.8. Analisar as propostas de alteração do Termo de Compromisso, desde que não impliquem mudanças na natureza do objeto.

17. CASOS DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO:

17.1. O Termo de Compromisso a ser firmado poderá ser rescindido a qualquer tempo:

17.2. Por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias;

17.2.1. Por inadimplemento das obrigações assumidas;

17.2.2. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovado, impeditivo da execução do Termo de Compromisso.

17.3. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.4. Em caso de rescisão, o Tribunal de Justiça poderá convocar outra associação ou cooperativa, dentre as habilitadas, e respeitada a ordem do sorteio, para assumir a continuidade da coleta dos resíduos recicláveis, ou dar início a novo procedimento de habilitação.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

18.1. A execução do Termo de Compromisso será fiscalizada pelo Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário de Alagoas instituído pela resolução Nº 8, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016, sob o acompanhamento da comissão ambiental instituída através da portaria de nº 384, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021.

18.2. Caberá ao Núcleo Socioambiental:

a) verificar a execução do Termo de Compromisso, visando garantir a qualidade desejada;

b) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do Termo de Compromisso, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

c) dar imediata ciência aos seus superiores e ao órgão de controle, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a rescisão do Termo de Compromisso;

d) comunicar a necessidade de abertura de nova habilitação à área competente, antes de findo o prazo de vigência do Termo de Compromisso, e com antecedência razoável;

e) comunicar à associação e/ou cooperativa as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital, o Termo de Compromisso ou com a Lei;

f) exigir somente o que for previsto no Termo de Compromisso. Qualquer alteração do Termo de Compromisso deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes;

g) procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

h) documentar nos autos todos os fatos dignos de nota; e

i) adotar, junto ao Tribunal de Justiça, as providências necessárias para a regularidade da execução do Termo de Compromisso.

10.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência da Comissão deverão ser solicitadas pela mesma à autoridade competente, para a adoção das medidas que reputar necessárias.

10.4. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da associação e/ou cooperativa, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. Ao Tribunal de Justiça se reserva o direito de rejeitar a execução do objeto prestado, se em desacordo com o teor do Termo de Compromisso.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

TERMO DE REFERÊNCIAS – CONTRATAÇÃO DIRETA

LEI 14.133/2021

Processo	Código	Folha nº
Gestão e Planejamento de Contratos	D.DGPC.XX.XX	8/8

19. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

- 19.1. O Termo de Compromisso vigorará pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 20.1. Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente termo de compromisso. Sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 21.1. Será necessária a designação de um gestor de contratos e um gestor de contratos substituto lotados no Departamento de Gestão de Contratos - DGC;
- 21.2. Será necessária a designação de fiscal de contratos e fiscal de contratos substituto, lotados na unidade requisitante, conforme consta em Documento de Formalização de Demanda (DFD).

Maceió, 2 de janeiro de 2024.

GILSON ANDRADE DO
NASCIMENTO:93046

Assinado de forma digital por
GILSON ANDRADE DO
NASCIMENTO:93046
Dados: 2024.01.02 18:46:57 -03'00'

Assinatura